



# Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

## TERMO DE REFERÊNCIA

1. **REQUERENTE:** Bianca Rodrigues de Assis - Secretária Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

### 2. OBJETO:

2.1. Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual e futura aquisição de alimentos para cães, remédios, vacinas e demais produtos agropecuários para cumprir emendas impositivas e atender as demandas da Secretária de Agricultura e Meio Ambiente.

2.2. O fornecimento previsto deverá ser prestado conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	AEROSSOL COM AÇÃO LARVICIDA, REPELENTE, CICATRIZANTE E HEMOSTÁTICA. FORMULA: CADA 100 G DE CONCENTRADO CONTÉM: SULFADIAZINA PRATA..... 0,10 G ALUMÍNIO..... 5,00 G DDVP..... 1,60 G CIPERMETRINA..... 0,40 G EXCIPIENTE Q.S.P..... 100,00 G FRASCO COM 500ML	FRASCO	50	24.5333	1.226,67
002	ALIMENTO COMPLETO PARA CÃES, DE QUALIDADE PREMIUM, LIVRE DE CORANTE BALANCEADO PARA CÃES ADULTOS DE TODAS AS RAÇAS E PORTES, COM NO MÍNIMO 22% DE PROTEÍNA. SACO 15KG. REFERÊNCIA DE MARCAS: QUATREE PREMIUM, ORIGINAL, SPECIAL DOG.	SACO	400	137.0333	54.813,32
003	AMOXICILINA ASSOCIADA COM ÁCIDO CLAVULÂNICO; 250 MG. CAIXA COM 10 COMPRIMIDOS.	CAIXA	100	144.6333	14.463,33
004	AMOXICILINA ASSOCIADA COM ÁCIDO CLAVULÂNICO; 50 MG. CAIXA COM 10 COMPRIMIDOS.	CAIXA	20	72.9667	1.459,33
005	CIPIONATO DE ESTRADIOL; USO INTRAMUSCULAR. FRASCO 50 ML; REFERÊNCIA: SINCRO C.P; E.C.P	FRASCO	15	26.7167	400,75
006	CLOPOSTENOL/ DINOPROST TROMETAMINA; USO INTRAMUSCULAR. FRASCO 20ML; REFERÊNCIA: SINCROCIO; LUTALYSE; ESTRON.	FRASCO	50	64.9667	3.248,34
007	DISPOSITIVO DE LIBERAÇÃO LENTA DA PROGESTERONA; USO INTRAVAGINAL; MONODOSE; PACOTE COM 10 DISPOSITIVOS; REFERÊNCIA: SINCROGEST, PRIMER, CIDR.	PACOTE	50	427.0667	21.353,34
008	ENVELOPES NO FORMATO: 10 A 15 CENTÍMETROS X 8 A 10 CENTÍMETROS (TAMANHO MÍNIMO APÓS FECHADO) – CONFORME O MODELO DIGITAL – EMBALAGEM DE SEMENTES (ABOBRINHA) - ALUMINIZADOS, HERMETICAMENTE FECHADOS E PERSONALIZADOS, CONTENDO AS DESCRIÇÕES E FOTOGRAFIAS IMPRESSAS EM QUATRO CORES, IDÊNTICOS E COM BOA RESOLUÇÃO FOTOGRÁFICA, CONTENDO 3,0 GRAMAS (PESO LÍQUIDO) CADA DE SEMENTES DE ABOBRINHA ITALIANA, COM DESCRIÇÃO	UNIDADE	100	2.7667	276,67



# Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

	EXTERNA DAS INFORMAÇÕES SOBRE ORIGEM, PUREZA, GERMINAÇÃO, DATA DE ANÁLISE, VALIDADE (MÍNIMO DE DOIS ANOS A PARTIR DO ANO DE 2014) E NÚMERO DO LOTE, NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO RENASEM, NOME COMUM DA ESPÉCIE VARIEDADE/CULTIVAR, PESO LÍQUIDO E ENVELOPES NO FORMATO: 10 A 15 CENTÍMETROS X 8 A 10 CENTÍMETROS (TAMANHO MÍNIMO APÓS FECHADO) – CONFORME O MODELO DIGITAL – EMBALAGEM DE SEMENTES (ABOBRINHA) - ALUMINIZADOS, HERMETICAMENTE FECHADOS E PERSONALIZADOS, CONTENDO AS DESCRIÇÕES E FOTOGRAFIAS IMPRESSAS EM QUATRO CORES, IDÊNTICOS E COM BOA RESOLUÇÃO FOTOGRÁFICA, CONTENDO 3,0 GRAMAS (PESO LÍQUIDO)				
009	ENVELOPES NO FORMATO: 10 A 15 CENTÍMETROS X 8 A 10 CENTÍMETROS (TAMANHO MÍNIMO APÓS FECHADO) - CONFORME O MODELO DIGITAL – EMBALAGEM DE SEMENTES (ALFACE) - ALUMINIZADOS, HERMETICAMENTE FECHADOS E PERSONALIZADOS, CONTENDO AS DESCRIÇÕES E FOTOGRAFIAS IMPRESSAS EM QUATRO CORES, IDÊNTICOS E COM BOA RESOLUÇÃO FOTOGRÁFICA, CONTENDO 1 GRAMA (PESO LÍQUIDO) CADA, DE SEMENTES DE ALFACE REGINA, COM DESCRIÇÃO EXTERNA DAS INFORMAÇÕES SOBRE ORIGEM, PUREZA, GERMINAÇÃO, DATA DE ANÁLISE, VALIDADE (MÍNIMO DE DOIS ANOS A PARTIR DO ANO DE 2014) E NÚMERO DO LOTE, NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO RENASEM, NOME COMUM DA ESPÉCIE VARIEDADE/CULTIVAR, PESO LÍQUIDO E TRATAMENTO QUÍMICO COM PERCENTAGEM DO PRODUTO UTILIZADO E AS DEVIDAS INDICAÇÕES DE CUIDADO E RESTRIÇÕES DE USO DA SEMENTE TRATADA, SE FOR O CASO, CNPJ, RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO EMBALADOR.	UNIDADE	100	2.7667	276,67
010	ENVELOPES NO FORMATO: 10 A 15 CENTÍMETROS X 8 A 10 CENTÍMETROS (TAMANHO MÍNIMO APÓS FECHADO) - CONFORME O MODELO DIGITAL – EMBALAGEM DE SEMENTES (BETERRABA) - ALUMINIZADOS, HERMETICAMENTE FECHADOS E PERSONALIZADOS, CONTENDO AS DESCRIÇÕES E FOTOGRAFIAS IMPRESSAS EM QUATRO CORES, IDÊNTICOS E COM BOA RESOLUÇÃO FOTOGRÁFICA, CONTENDO 1,5 GRAMAS (PESO LÍQUIDO) CADA DE SEMENTES DE BETERRABA EARLY WONDER, COM DESCRIÇÃO EXTERNA DAS INFORMAÇÕES SOBRE ORIGEM, PUREZA, GERMINAÇÃO, DATA DE ANÁLISE, VALIDADE (MÍNIMO DE DOIS ANOS A PARTIR DO ANO DE 2024) E NÚMERO DO LOTE, NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO RENASEM, NOME COMUM DA ESPÉCIE VARIEDADE/CULTIVAR, PESO LÍQUIDO E TRATAMENTO QUÍMICO COM PERCENTAGEM DO PRODUTO UTILIZADO E AS DEVIDAS INDICAÇÕES DE CUIDADO E RESTRIÇÕES DE USO DA SEMENTE TRATADA, SE FOR O CASO, CNPJ, RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO EMBALADOR.	UNIDADE	100	2.7667	276,67
011	ENVELOPES NO FORMATO: 10 A 15 CENTÍMETROS X 8 A 10 CENTÍMETROS (TAMANHO MÍNIMO APÓS FECHADO) - CONFORME O MODELO DIGITAL –	UNIDADE	100	2.7667	276,67



# Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

	EMBALAGEM DE SEMENTES (CENOURA) - ALUMINIZADOS, HERMETICAMENTE FECHADOS E PERSONALIZADOS, CONTENDO AS DESCRIÇÕES E FOTOGRAFIAS IMPRESSAS EM QUATRO CORES, IDÊNTICOS E COM BOA RESOLUÇÃO FOTOGRÁFICA, CONTENDO 1,5 GRAMAS (PESO LÍQUIDO) CADA DE SEMENTES DE CENOURA BRASÍLIA, COM DESCRIÇÃO EXTERNA DAS INFORMAÇÕES SOBRE ORIGEM, PUREZA, GERMINAÇÃO, DATA DE ANÁLISE, VALIDADE (MÍNIMO DE DOIS ANOS A PARTIR DO ANO DE 2024) E NÚMERO DO LOTE, NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO RENASEM, NOME COMUM DA ESPÉCIE VARIEDADE/CULTIVAR, PESO LÍQUIDO E TRATAMENTO QUÍMICO COM PERCENTAGEM DO PRODUTO UTILIZADO E AS DEVIDAS INDICAÇÕES DE CUIDADO E RESTRIÇÕES DE USO DA SEMENTE TRATADA, SE FOR O CASO, CNPJ, RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO EMBALADOR.				
012	ENVELOPES NO FORMATO: 10 A 15 CENTÍMETROS X 8 A 10 CENTÍMETROS (TAMANHO MÍNIMO APÓS FECHADO) - CONFORME O MODELO DIGITAL – EMBALAGEM DE SEMENTES (QUIABO) - ALUMINIZADOS, HERMETICAMENTE FECHADOS E PERSONALIZADOS, CONTENDO AS DESCRIÇÕES E FOTOGRAFIAS IMPRESSAS EM QUATRO CORES, IDÊNTICOS E COM BOA RESOLUÇÃO FOTOGRÁFICA, CONTENDO 2,0 GRAMAS (PESO LÍQUIDO) CADA, DE SEMENTES DE QUIABO SANTA CRUZ 47, COM DESCRIÇÃO EXTERNA DAS INFORMAÇÕES SOBRE ORIGEM, PUREZA, GERMINAÇÃO, DATA DE ANÁLISE, VALIDADE (MÍNIMO DE DOIS ANOS A PARTIR DO ANO DE 2024) E NÚMERO DO LOTE, NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO RENASEM, NOME COMUM DA ESPÉCIE VARIEDADE/CULTIVAR, PESO LÍQUIDO E TRATAMENTO QUÍMICO COM PERCENTAGEM DO PRODUTO UTILIZADO E AS DEVIDAS INDICAÇÕES DE CUIDADO E RESTRIÇÕES DE USO DA SEMENTE TRATADA, SE FOR O CASO, CNPJ, RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO EMBALADOR.	UNIDADE	100	2.7667	276,67
013	FERTILIZANTE 10-10-10; SACO DE 50KG; GRANULADO	SACO	10	138.9967	1.389,97
014	GNRH (HORMÔNIO LIBERADOR DE GONADOTROFINAS); USO INTRAMUSCULAR; FRASCO 20ML; REFERÊNCIA: SICROFORTE, GESTRAN PLUS	FRASCO	65	101.6667	6.608,34
015	GONADOTROFINA CORIÔNICA EQUINA (ECG); USO INTRAMUSCULAR. FRASCO 50ML; REFERÊNCIA: SINCRO E.C.G, NOVORMON.	FRASCO	40	243.7000	9.748,00
016	MELOXICAM; ANALGÉSICO, ANTI-INFLAMATÓRIO E ANTIEXSUDATIVO. CONCENTRAÇÃO: 0,5 MG CAIXA COM 10 COMPRIMIDOS	CAIXA	20	26.4667	529,33
017	MELOXICAM; ANALGÉSICO, ANTI-INFLAMATÓRIO E ANTIEXSUDATIVO. CONCENTRAÇÃO: 2 MG CAIXA DE 10 COMPRIMIDOS	CAIXA	100	39.3667	3.936,67
018	SAROLANER. COMPRIMIDO ACARICIDA E INSETICIDA PERTENCENTE À CLASSE DE PARASITICIDAS ISOXAZOLINA. INDICADO PARA O TRATAMENTO E PREVENÇÃO DE INFESTAÇÕES POR PULGAS (CTENOCEPHALIDES FELIS E CTENOCEPHALIDES CANIS) E RATAMENTO E	COMPRIMID	200	78.1667	15.633,34



# Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

	CONTROLE DE INFESTAÇÕES POR CARRAPATOS (RHIPICEPHALUS SANGUINEUS, AMBLYOMMA AMERICANUM, AMBLYOMMA MACULATUM, DERMACENTOR VARIABILIS, DERMACENTOR RETICULATUS, IXODES SCAPULARIS, IXODES RICINUS, IXODES HOLOCYCLUS, IXODES HEXAGONUS, HAEMAPHYSALIS LONGICORNIS, HAEMAPHYSALIS ELLIPTICA). TAMBÉM INDICADO PARA O TRATAMENTO E PREVENÇÃO DE SARNA CAUSADA POR SARCOPTES SCABIEI E DEMODEX CANIS E TAMBÉM, PARA O TRATAMENTO E PREVENÇÃO DE OTODECTES CYNOTIS (ÁCARO DA ORELHA). COMPRIMIDOS MASTIGÁVEIS AUXILIA NA PREVENÇÃO DA TRANSMISSÃO DE BORRELIA BURGDORFERI (DOENÇA DE LYME) E ANAPLASMA PHAGOCYTOPHILUM PELO CARRAPATO IXODES SCAPULARIS, E BABESIA CANIS PELO CARRAPATO DERMACENTOR RETICULATUS; COMPRIMIDO DE 40 MG.				
019	SAROLANER. COMPRIMIDO ACARICIDA E INSETICIDA PERTENCENTE À CLASSE DE PARASITICIDAS ISOXAZOLINA. INDICADO PARA O TRATAMENTO E PREVENÇÃO DE INFESTAÇÕES POR PULGAS (CTENOCEPHALIDES FELIS E CTENOCEPHALIDES CANIS) E TRATAMENTO E CONTROLE DE INFESTAÇÕES POR CARRAPATOS (RHIPICEPHALUS SANGUINEUS, AMBLYOMMA AMERICANUM, AMBLYOMMA MACULATUM, DERMACENTOR VARIABILIS, DERMACENTOR RETICULATUS, IXODES SCAPULARIS, IXODES RICINUS, IXODES HOLOCYCLUS, IXODES HEXAGONUS, HAEMAPHYSALIS LONGICORNIS, HAEMAPHYSALIS ELLIPTICA). TAMBÉM INDICADO PARA O TRATAMENTO E PREVENÇÃO DE SARNA CAUSADA POR SARCOPTES SCABIEI E DEMODEX CANIS E TAMBÉM, PARA O TRATAMENTO E PREVENÇÃO DE OTODECTES CYNOTIS (ÁCARO DA ORELHA). COMPRIMIDOS MASTIGÁVEIS AUXILIA NA PREVENÇÃO DA TRANSMISSÃO DE BORRELIA BURGDORFERI (DOENÇA DE LYME) E ANAPLASMA PHAGOCYTOPHILUM PELO CARRAPATO IXODES SCAPULARIS, E BABESIA CANIS PELO CARRAPATO DERMACENTOR RETICULATUS. COMPRIMIDO DE 10MG.	COMPRIMID	20	63.6667	1.273,33
020	SAROLANER. COMPRIMIDO ACARICIDA E INSETICIDA PERTENCENTE À CLASSE DE PARASITICIDAS ISOXAZOLINA. INDICADO PARA O TRATAMENTO E PREVENÇÃO DE INFESTAÇÕES POR PULGAS (CTENOCEPHALIDES FELIS E CTENOCEPHALIDES CANIS) E TRATAMENTO E CONTROLE DE INFESTAÇÕES POR CARRAPATOS (RHIPICEPHALUS SANGUINEUS, AMBLYOMMA AMERICANUM, AMBLYOMMA MACULATUM, DERMACENTOR VARIABILIS, DERMACENTOR RETICULATUS, IXODES SCAPULARIS, IXODES RICINUS, IXODES HOLOCYCLUS, IXODES HEXAGONUS, HAEMAPHYSALIS LONGICORNIS, HAEMAPHYSALIS ELLIPTICA). TAMBÉM INDICADO PARA O TRATAMENTO E PREVENÇÃO DE SARNA CAUSADA POR SARCOPTES SCABIEI E DEMODEX CANIS E	COMPRIMID	100	65.6667	6.566,67



# Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

	TAMBÉM, PARA O TRATAMENTO E PREVENÇÃO DE OTODECTES CYNOTIS (ÁCARO DA ORELHA). COMPRIMIDOS MASTIGÁVEIS AUXILIA NA PREVENÇÃO DA TRANSMISSÃO DE BORRELIA BURGDORFERI (DOENÇA DE LYME) E ANAPLASMA PHAGOCYTOPHILUM PELO CARRAPATO IXODES SCAPULARIS, E BABESIA CANIS PELO CARRAPATO DERMACENTOR RETICULATUS. COMPRIMIDO DE 20 MG				
021	SEMENTE CERTIFICADA DE PRIMEIRA OU DE SEGUNDA GERAÇÃO DE MILHO, CULTIVAR AL BANDEIRANTE, COLHIDA NA ÚLTIMA SAFRA AGRÍCOLA E OU NO ANO DESTA AQUISIÇÃO, SACO DE 20 KG, PENEIRAS 18 (ATÉ 30% DO TOTAL), 20 OU 22, DENTRO DOS PADRÕES: GERMINAÇÃO MÍNIMA 85%, PUREZA (MÍNIMA) = 98%; OUTRAS ESPÉCIES CULTIVADAS (Nº MÁXIMO) = 1; SEMENTES SILVESTRES (Nº MÁXIMO) = ZERO; SEMENTES INFESTADAS (MÁXIMO) = 5% (CINCO POR CENTO); SEMENTES RETIDAS NA PENEIRA CORRESPONDENTE (MÍNIMO) = 94 %; ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS INDIVIDUAIS SACO DE PAPEL KRAFT MULTIFOLIADO; TRATADAS COM INSETICIDAS E /OU FUNGICIDAS E COM CORANTE 1. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR A DATA DA PRODUÇÃO, DA VALIDADE E NÚMERO	UNIDADE	30	552.6333	16.579,00
022	UREIA; SACO DE 50KG.	SACO	10	180.1667	1.801,67
023	VACINA PARA PREVENÇÃO DA CINOMOSE CANINA CAUSADA PELO VÍRUS DA CINOMOSE CANINA (CD), DA HEPATITE INFECCIOSA CANINA (ICH) CAUSADA PELO ADENOVÍRUS CANINO TIPO 1 (CAV-1) DE DOENÇA RESPIRATÓRIA CAUSADA PELO ADENOVÍRUS CANINO TIPO 2 (CAV-2), DA PARAINFLUENZA CANINA CAUSADA PELO VÍRUS DA PARAINFLUENZA (CPI), DA ENTERITE CAUSADA PELO CORONAVÍRUS CANINO (CCV) E PARVOVÍRUS CANINO (CPV) E DAS LEPTOSPIROSES CAUSADAS PELA LEPTOSPIRA CANICOLA, L. GRIPPOTYPHOSA, L. ICTEROHAEMORRHAGIAE E L. POMONA. COMPOSIÇÃO: A FRAÇÃO LIOFILIZADA CORRESPONDENTE A 1 DOSE DE 1 ML E É CONSTITUÍDA DOS VÍRUS VIVOS ATENUADOS COM TÍTULOS MÍNIMOS POR DOSE NA DATA DO VENCIMENTO DE 10 2,5 DICT 50 PARA CINOMOSE, 10 2,9 DICT 50 PARA ADENOVÍRUS TIPO 2, 10 5,0 DICT 50 PARA O VÍRUS DA PARAINFLUENZA CANINA , 10 7,0 DICT 50 PARA PARVOVÍRUS E DE 600 UN (UNIDADE NEFELOMÉTRICA) PARA CADA UMA DAS LEPTOSPIRAS (LEPTOSPIRA CANICOLA, L. GRIPPOTYPHOSA, L. ICTEROHAEMORRHAGIAE E L. POMONA. O DILUENTE É UMA PREPARAÇÃO LÍQUIDA DE 1 DOSE DE 1 ML	DOSE	300	19.4000	5.820,00
024	VERMICIDA E GIARDICIDA; COMPRIMIDOS À BASE DE PRAZIQUANTEL, PAMOATO DE PIRANTEL; FEBANTEL; COMPRIMIDOS DE 2.718 MG. CAIXA COM 4 COMPRIMIDOS	CAIXA	50	17.1000	855,00
VALOR TOTAL = R\$ 169.089,75					

## 3. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS:

3.1. O preço total estimado pela administração para contratação do objeto é de





# Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

**R\$ 169.089,75 (Cento e sessenta e nove mil oitenta e nove reais e setenta e cinco centavos)** conforme os valores constantes no quadro acima.

## 4. DURAÇÃO

4.1. O **prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses** contados da assinatura da assinatura da Ata de Registro de Peças.

4.2. A empresa contratada deverá iniciar imediatamente após a assinatura do pacto contratual o fornecimento estipulado no objeto contratual.

4.3. O prazo de vigência da contratação será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021.

4.4. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) A Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

## 5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

5.1. Motivação da Contratação: Aquisição de materiais para cumprimento de emendas impositivas e desenvolvimento das atividades da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente.

5.2. Objetivos da Contratação: Atender emendas impositivas e demandas da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente.

## 6. DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

6.1. A estimativa da contratação foi realizada com base em levantamento de preços, conforme discriminado no tópico 7 do Estudo Técnico Preliminar.

## 7. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral do Município de 2024, em dotação específica a ser informada em próxima etapa desse processo pelo Departamento de Contabilidade deste Município.

## 8. DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO



# Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

8.1. Em Bom Jardim de Minas ainda não foi implantado o Plano Anual de Contratações, de forma que neste momento não existe o alinhamento entre a presente contratação e o plano de contratações.

## **9. DA FORMA DE EXECUÇÃO:**

9.1. Executar o objeto contratado obedecendo às especificações discriminadas nesse Termo de Referência, de acordo com o cronograma disponibilizado pelas Secretarias demandantes;

9.2. A Empresa licitante que se sair vencedora do certame licitatório deverá disponibilizar os serviços da melhor forma a atender às necessidades do Município;

9.3. A empresa vencedora responderá pelos danos causados diretamente à Administração ou ainda a terceiros, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento feito pelo CONTRATANTE;

9.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **10. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO:**

10.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade do Contratado, o fornecimento será fiscalizado pelo Município, através de servidor designado para tal função, a qualquer hora, dentro dos padrões determinados pela Lei Federal nº. 14.133/21.

10.2. O CONTRATANTE poderá a qualquer tempo recusar os fornecimentos, no todo ou em parte, sempre que não atender ao estipulado no contrato.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1 São obrigações da Contratante:

11.2. Efetuar o pagamento a CONTRATADA no prazo e forma estipulados no contrato mediante documento hábil de quitação.

11.3. Solicitar o fornecimento em conformidade com suas necessidades durante o período de contrato;

11.4. Emitir ato designando o responsável pela fiscalização da execução dos serviços.

11.5. O Município deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos fornecimentos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, diretamente ou por meio de Preposto, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados,



# Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

inclusive quanto às obrigações da CONTRATADA constantes deste Termo de Referência;

## 11.6. Compete ainda ao Município:

- a) Quitar o cumprimento financeiro assumido com a(s) licitante(s) vencedora(s), desde que não haja impedimento legal para o fato;
- b) Notificar, formal e tempestivamente a Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento da Ata;
- c) Notificar a(s) licitante(s) vencedora(s) por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- d) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- e) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preço;
- f) Todas as demais obrigações constantes neste Termo de Referência, que fará parte integrante da Ata de Registro de Preços.
- g) Arcar com as despesas de publicação do extrato de adesão a Ata de Registro de Preços;

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

### **12.1. Fornecer os produtos em até 05 (cinco) dias úteis após envio da Autorização de Fornecimento;**

12.2. Comunicar imediatamente e por escrito ao Município, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

12.3. Atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor dos serviços, objeto da presente Licitação;

12.4. Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;

12.5. Considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante na Ata; Comunicar ao Município Contratante modificação em seu endereço ou informações de contato.

12.6. Todos os materiais, mão de obra, impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento ou decorrentes de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da empresa vencedora.





## Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

---

12.7. Realizar, com seus próprios recursos todos os fornecimentos relacionados com o objeto contratado, de acordo com as especificações estipuladas pelo Município.

12.8. Prestar, dentro dos prazos, os fornecimentos contratados de acordo com as necessidades e determinações do CONTRATANTE, obedecendo a todas as exigências estabelecidas neste termo;

12.9. Comunicar formalmente quaisquer alterações provenientes de caso fortuito ou de força maior, que gere fato impeditivo da execução do contrato.

12.10. Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas aos fornecimentos, responsabilizando-se pela qualidade do mesmo, bem como pela segurança de seus empregados.

12.11. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus empregados na execução dos fornecimentos contratados.

12.11.1. Responsabilizar-se por todos os atos, acontecimentos e acidentes com seus funcionários no período do fornecimento, excluindo o Contratante de qualquer responsabilidade cível, criminal e de qualquer espécie.

12.12. O CONTRATADO responde, por danos causados à CONTRATANTE e ou a terceiros, comprovada a culpa ou dolo.

### **13. DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **15. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



# Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

15.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

15.4. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

15.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

15.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

15.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

15.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

## **16. DO PAGAMENTO**

16.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

16.3. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

16.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.



## Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

16.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no processo original.

16.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação fiscal.

16.10. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente e irregular com os órgãos fiscais, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a previsão em contrato.

### **17. DA FORMALIZAÇÃO, VIGÊNCIA, RESCISÃO E PUBLICIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

17.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

17.2. . O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que



## Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

solicitado por escrito, antes do termino do prazo previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração.

17.3. A Licitante que convocada para assinar a Ata de Registro de Preço deixar de fazê-lo no prazo fixado dela será excluída.

17.4. Na hipótese do não atendimento à convocação ou havendo recusa em fazê-lo, o Município aplicará as penalidades cabíveis.

17.5. A Ata de Registro de Preços terá seu extrato publicado no site oficial da Prefeitura, assim como a sua íntegra, após assinada e homologada e será disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), se pertinente.

17.6. . O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

17.7. Se durante a vigência do contrato for constatado que os valores registrados estão inferiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

17.8. A extinção da Ata de Registro de Preços poderá ser:

I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III-determinada por decisão arbitral;

17.9. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

17.10. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I-devolução da garantia;

II- pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III-pagamento do custo da desmobilização compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.



## Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

17.11. . Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I ao IX do art. 137 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

I- não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II- desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III- alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV- decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V- caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI- atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII- atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII- razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX- não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

17.12. A detentora da Ata de Registro de Preços terá direito à extinção nas seguintes hipóteses previstas no parágrafo § 2º, incisos I ao V do art. 137 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021:

I- supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;

II- suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III- repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;





# Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

IV-atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V- não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

VI-Para a extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, deverão ser observadas os incisos I e II do § 3º do art. 137 da mesma Lei.

VII- Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.13. A rescisão do contrato poderá ser:

I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III-determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

## 18. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

18.1. . Os serviços serão solicitados conforme a necessidade do Município, conforme a Ata de Registro de Preços e apresentação de requisição/solicitação devidamente assinada, com identificação do respectivo servidor competente.

18.2. Os fornecimentos, objeto desta Licitação, deverão ser executados em perfeita condição de utilização e normas da ABNT;

18.3 Os fornecimentos deverão ser executados a partir da publicação da Ata de Registro de Preços até findar a vigência da mesma.

## 19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

19.1. O objeto do contrato será recebido de forma ***provisória e definitiva***, as quais serão realizados na forma do art. 140, inciso I da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 1921, observadas as demais condições previstas em procedimento interno para o recebimento dos serviços do contrato:



## Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

19.1.1. **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

19.1.2. O Recebimento Provisório só poderá ocorrer se satisfeitas as seguintes condições:

a) Realização de todos os ensaios e testes, envolvendo a completude de todos os fornecimentos envolvidos na execução;

b) Realização de todas as medições e/ou apropriações referentes a reduções, acréscimos e modificações;

c) A fiscalização do Município realizará o levantamento de eventuais pendências executivas a serem satisfeitas pela Contratada.

19.1.3. **definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

19.1.3.1. O(s) Termo(s) de Recebimento Definitivo do(s) serviço(s) contratado(s) será(ão) lavrado(s) de acordo com o constante no art. 140, inciso I, alínea "b", da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, **em 30 (trinta) dias após o recebimento provisório, desde que satisfeitas as seguintes condições:**

a) Atendidas todas as reclamações do Município referentes a defeitos ou imperfeições verificadas em quaisquer elementos dos serviços;

b) Solucionadas todas as reclamações porventura feitas, quanto à falta de pagamento de operários ou de fornecedores de materiais, de encargos sociais e tributários concernentes à execução do objeto, ou, ainda, de prestadores de serviços empregados na execução dos fornecimentos;

c) Entrega dos seguintes documentos: Comprovante de inexistência de débitos para com o Sistema da Seguridade Social, e FGTS e Certidões negativas de que não pesam sobre os serviços quaisquer ações judiciais por prejuízos causados a terceiros.

19.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

19.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

19.4. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.



## **20. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS**

20.1 A detentora obriga-se a executar os fornecimentos licitados em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo Município, este responsável pela emissão das requisições, com especial observância dos termos deste Instrumento Convocatório e da Ata de Registro de Preços.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Município poderá sujeitar a Detentora às penalidades seguintes:

a) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração direta e indireta, pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156, III, da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 1921), em função da natureza e da gravidade da falta cometida ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição à pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 1921;

b) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, considerando, para tanto, reincidência de faltas, sua natureza e gravidade. O ato da declaração de inidoneidade será proferido por Autoridade Superior, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

21.2. Pelo atraso injustificado na execução dos serviços, a Detentora incorrerá em multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor ajustado, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos incidentes, se destacados em documento fiscal.

21.3. Pela inexecução total ou parcial do ajuste a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

21.3.2. A aplicação das multas independerá de qualquer interpelação judicial, precedida de processo administrativo com ampla defesa, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

21.3.3. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis.

21.3.4. A Detentora será notificada, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.

21.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela



# Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

21.5. Pelo descumprimento das obrigações assumidas a licitante estará sujeita às penalidades previstas no art. 156º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 1921.

21.6. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1921, quais sejam:

21.6.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

21.6.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.6.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

21.6.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.6.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.6.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.6.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

21.6.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

21.6.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.6.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.6.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.6.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

21.6.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 1913.

21.7. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



# Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

---

a) Advertência pela falta do subitem 19.6.1. deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 19.6.1 a 19.6.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 19.6.2 a 19.6.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 19.6.8 a 19.6.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

21.7.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

21.7.1.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

21.7.1.2. As peculiaridades do caso concreto;

21.7.1.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

21.7.1.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

21.7.1.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.9. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.10. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser





# Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Municipal nº 1741/1921, na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **22. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

22.1. Não será admitido.

## **24. DAS REVISÕES DE PREÇOS**

24.1. O valor registrado vigente poderá ser revisto, por solicitação formal do Signatário Detentor, somente para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro.

24.2. O pedido deverá ser enviado ao Gestor da Ata, através do protocolo geral do Município no horário de expediente.

24.3. A solicitação de revisão de preço(s) deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da sua necessidade, originais ou cópias autenticadas, a qual será analisada pela Consultoria Jurídica do Consórcio.

24.4. Para a solicitação de revisão de preço(s), o Signatário Detentor terá que apresentar planilha atualizada da composição de preços do(s) produto(s), considerando todos os itens constantes na proposta anterior apresentada, quando da apresentação da proposta.

24.5. A análise para deferimento total ou parcial ou ainda indeferimento da revisão solicitada deverá ser instruída com justificativa e memória dos respectivos cálculos, para deliberação pela Assessoria Jurídica e pelo Gestor da Ata, em aproximadamente 10 (dez) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação completa pelo Signatário Detentor.

## **25. ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

25.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 126 da Lei nº 14.133/2021.



# Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

---

25.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 126 da Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

25.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **26. EXTINÇÃO**

26.1. Constituirão motivos para extinção, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no incisos I a IX do art. 137 da Lei 14.133/2021.

26.2. A extinção do contrato poderá ser:

I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III-determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

26.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

26.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

26.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

26.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

26.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

26.5.3. Indenizações e multas.

## **27. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

27.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

## **28. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**



## Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

---

28.1. Qualquer omissão referente ao teor deste Termo de Referência deverá ser suprida de acordo com a Lei Federal 14.133/2021.

Bom Jardim de Minas/MG, 02 de setembro de 2024.

Bianca Rodrigues de Assis  
Secretária Municipal de Agricultura,  
Pecuária e Meio Ambiente  
Matrícula 1995